

Processos de
discursivização: da
língua ao discurso
caracterizações
genéricas e específicas
do texto argumentativo

Maria Aparecida Lino Pauliukonis*

Abstract

This paper studies the text as an act of discourse, that is, a text as an instrument of communication between two actors in a determined situation. In this way the text must be seen, not as a product of an interaction, but as a result of some strategies, that transform Language in Discourse.



Introdução

A partir da temática – o genérico e o específico na linguagem – vamos focalizar o que se entende por *texto como um ato de discurso* e descrever como se dá o processo de apreensão de seu significado, pelo sujeito leitor/ interpretante. Partimos

* UFRJ.

da constatação simples e óbvia de que as coisas existem no mundo real, mas para que tomemos consciência delas, é necessária sua representação no discurso. Ou seja, existe um mundo a significar que somente passa a mundo significado por meio de uma série de operações lingüísticas, cognitivas e sociointeracionais, que se processam nos variados tipos de textos e se transformam, assim, em instrumentos para apreensão da realidade.

Para que duas pessoas se relacionem, é preciso que entre elas se estabeleça um *ato de comunicação*, o qual se processa por meio de um *contrato comunicativo*. A noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam dispostos a aceitar as mesmas representações de linguagem dessas práticas sociais (Charaudeau, 1983). A noção de *contrato* não invalida a idéia de negociação. Ou seja, há um Código que regula o processo de interlocução, mas que não se relaciona apenas com um sistema de informação, pois participa da autolegitimação do enunciador e do receptor.

Dentro desse quadro que permite focalizar a problemática da produção de sentido, pode-se situar e definir o texto como uma forma de comunicação interativa que se subordina a certas condições particulares da situação, a saber: a identidade dos participantes (quem?), a finalidade do ato (o quê? e para quê?), a cumplicidade e o reconhecimento dos papéis recíprocos do Eu e do Tu (como? e por quem?). Dessa forma, a identidade dos participantes, a intenção comunicativa e os papéis sociais influem também na significação resultante de um texto como um todo. Por isso a fala produzida por um sacerdote ou um juiz, no exercício de suas funções, constitui um *ato de linguagem* ritualizado com um significado próprio e uma formalização determinada, da mesma forma que uma piada, um texto humorístico têm seu repertório especial, seu lugar e hora.

Considerar o texto como a realização de um *ato de discurso* interativo pressupõe ser possível definir e identificar as intenções comunicativas dos protagonistas as quais se projetam como fazendo parte da mensagem lingüística. Estabelece-se, assim, que entre os parceiros há uma lógica das ações, capaz de produzir e testemunhar as regras, que são acatadas convencionalmente e cristalizadas na sociedade. Essas regras fazem parte de um saber partilhado, de um inventário de crenças, que são os "lugares comuns" ou os "*topoi*", no dizer de Aristóteles, típicos de cada grupo social. Neste sentido considera-se que toda linguagem está vinculada a sua realidade psicossocial e que as circunstâncias situacionais do discurso são os elementos responsáveis pela construção do sentido de um texto. Considera-se, portanto, o discurso como uma realização lingüística dentro de um contexto social e histórico.

A Lingüística de inspiração saussureana e chomskiana que privilegiou o locutor e as funções lógico-referenciais da linguagem, expurgou de seu objeto de estudo os ingredientes da interação discursiva, hoje considerados decisivos para a atribuição de sentido aos textos. É consenso entre os analistas, que a melhor estratégia para compreender/explicar os textos como unidades de sentido, é considerá-los peça de uma realidade sociocultural, historicamente situada, que compreende, além da definição de seus interlocutores, também o

meio de comunicação utilizado, as experiências partilhadas, os papéis sociais dos atores envolvidos, a ligação com outros textos etc..

Dessa forma, qualquer análise que pretenda interpretar o fenômeno interativo da linguagem por meio de textos, não pode ater-se apenas ao exame da sua configuração lingüística, ou apenas à classificação dos elementos lingüísticos, pois interessa sobretudo analisar a dimensão socio-psico-lingüística dos participantes, ou seja, toda a organização sociocultural em que se dá o discurso.

2. Argumentação e ato discursivo

Aceitando-se o princípio de que estamos todos envolvidos num processo de persuasão, ou de convencimento, deduz-se que todo emissor, para ser aceito, precisa reforçar a verdade daquilo que transmite pela linguagem, já que, como já se disse, não se traduz o real, mas uma configuração lingüística da realidade. Sob esse aspecto, o uso obrigatório de estratégias discursivas destina-se a garantir a credibilidade do que é transmitido. Mesmo num texto informativo, em que não se tem dificuldade de compreender o que está sendo transmitido, é necessário também que seja aceita a seleção ou a relevância dos fatos, que se acredite nas informações e que se realizem as ações sugeridas; em suma, que se obedeça aos comandos implícitos presentes em qualquer texto. Sob a óptica argumentativa ou retórica, além de informar, a linguagem presta-se a modificar crenças e comportamentos, pois é um meio político de atuação humana.

Ressalte-se daí que o significado de um texto deriva sobretudo do reconhecimento desse processo de construção textual, ou da interpretação de recursos estratégicos, que se realizam quer lingüisticamente, quer por meio de implícitos textuais, ou ainda por uma troca de informações e de convenções entre os parceiros envolvidos no ato de comunicação. Torna-se, dessa forma, fundamental a concepção do texto, na modalidade escrita ou oral, como o resultado de um conjunto de estratégias utilizadas no processo da discursivização.

O significado de um texto constrói-se, portanto, na integração de dois processos: o da seleção (eixo paradigmático) e o da combinação (sintagmático), sem a exigência de uma camisa de força dicotômica, mas com a escolha de alternativas, limitadas nos níveis frasais e textuais; no primeiro processo operam limitações de natureza gramatical, relativas à coesão e no segundo, operações relativas à coerência, em sentido amplo.

Assim, no âmbito da compreensão, dá-se o reconhecimento das categorias da linguagem e da organização sintática e semântica, propriamente dita; e, no âmbito da interpretação, processa-se o reconhecimento das estratégias textuais utilizadas. Segundo esse enfoque, não se busca captar apenas o que o texto *diz* ou *representa* em termos de referência ao real, ao exterior, mas o que ele *faz*, e *como faz* e *por quê* o faz desse modo, já que as formas de apresentação contribuem para a construção do sentido final. Por isso não

basta ao leitor ou ouvinte descodificar apenas os elementos lingüísticos, é preciso captar o universo textual e isso abrange reconhecer o conjunto de estratégias discursivas utilizadas nos textos em geral.

3. Texto e Interpretação: o texto como processo de apreensão da realidade

O mundo extralingüístico ou o “real” é apresentado a nós, através de textos, ou de fragmentos textuais, oferecidos e selecionados segundo uma ideologia ou uma intenção comunicativa, que precisa ser descodificada pelo receptor, para ser compreendida. Para que essa intenção do emissor se concretize, ou se realize por meio de um texto, é preciso que se leve em conta a situação de ambos – emissor e receptor – em dado espaço comunicativo. Assim a construção de um texto realiza-se por meio de uma seleção de elementos e de uma operação de organização textual, que se constitui de processos discursivos que devem ser apreendidas pelo interpretante, sob pena de não se realizar a interação.

Dessa forma, se a um sentido da Língua corresponde um sentido de Discurso, é somente através do desvendamento das estratégias utilizadas em determinadas situações que se pode chegar ao significado contextualizado, ou aos efeitos de sentido. Acrescente-se ainda que o texto constrói significados por eliminação de possibilidades, que só a situação (contexto) pode instruir. Ou seja, o texto produz um ou mais significados recorrentes a dados situacionais e à inter-relação do Eu Sujeito comunicante com o Tu Sujeito interpretante.

Após essas considerações, pode-se questionar se existe a possibilidade de se estabelecerem critérios objetivos para a apreensão dessa passagem da generalização para a especificação, ou seja da transformação da Língua em Discurso com a conseqüente definição das *intenções* dos sujeitos envolvidos em uma interação discursiva. Charaudeau (1995) propõe quatro princípios de base que devem ser observados para que ocorra a garantia do reconhecimento de uma intenção comunicativa, que está presente em qualquer texto. São eles os princípios *da interação, da influência, da regulação e da pertinência*.

- Segundo o princípio da interação, todos os parceiros estão ligados por um *contrato de comunicação* que os intima ao reconhecimento e à aceitação recíproca de seus papéis comunicativos; logo, tanto emissor quanto o receptor devem estar conscientes de seu papel e agir de acordo com ele, já que sofre de uma injunção jurídica diante do ato interativo.
- O princípio da influência predica que cada um dos parceiros procura sempre influenciar e modificar o comportamento do Outro, buscando formas de se conseguir sua adesão às teses apresentadas, segundo leis gerais, próprias dos processos argumentativos e persuasivos.

- O princípio da regulação exige a obediência às regras gerais do funcionamento da linguagem; tal princípio coloca os parceiros em “luta” pela construção de seus papéis e pelo reconhecimento e aceitação das condições lingüísticas e sociais em que se processa a comunicação. Como conseqüência do embate, pode haver, por um lado, recusa ou desvalorização de um dos parceiros, ou um desrespeito ao direito de fala do outro, ou, por outro lado, o pleno reconhecimento e aceitação da dinâmica do diálogo, que exige a obediência às normas, lingüísticas e sociais, à troca de turno, à aceitação das imagens propostas pelos interlocutores, enfim condições necessárias para que se processe a interação.
- Finalmente o princípio da pertinência fundamenta a recorrência a um saber comum partilhado, a obediência a um projeto de fala do Eu comunicante e o reconhecimento pelo Sujeito interpretante de uma intenção comunicativa que deve estar concretizada nas estratégias utilizadas.

Um dos fatores-chave responsáveis pela realização do *ato comunicativo* através de textos é, portanto, a aceitação do *Projeto de fala* do Sujeito comunicante, ou seja, o Sujeito interpretante precisa reconhecer que seu interlocutor tem um propósito que o torna digno de ser escutado. O direito à palavra, portanto, é o próprio fundamento da relação interativa a qual se apóia, portanto, em três condições: o reconhecimento do *Saber* do falante (baseado em verdades e crenças sociais), do *Poder* (que fornece legitimidade a sua palavra) e do *Saber Fazer* (base da credibilidade do sujeito comunicante) – (Charaudeau, 1983).

Dessa forma, pode-se concluir que a construção de um texto promove uma “encenação” em que um “sujeito emissor”, perseguindo uma “intencionalidade”, consciente ou não, busca transmitir a representação de uma experiência de mundo a “alguém”, que é marcado como “interlocutor” e o faz servindo-se de elementos lingüísticos e extralingüísticos, ou situacionais, apresentados de um determinado “modo”.

4. Operações lingüísticas de discursivização

O conjunto de operações que se encarrega de transformar a Língua em Discurso constitui o processo de discursivização, ou seja, é o que faz a passagem do *significado* (sentido genérico da Língua) para a *significação* (sentido específico do Discurso).

Para que o significado ganhe significação, ou ainda, para que um texto se materialize a partir das intenções de um determinado falante / escritor, são necessárias algumas operações que envolvem o manuseio de elementos lingüísticos. Admitindo-se que qualquer texto é o resultado de uma série de operações a partir de um mundo extralingüístico ou pré-textual, são necessários pelo menos dois processos, realizados em duas instâncias: primeiramente, por meio da seleção do material lingüístico, ocorre a operação de semiotização

e, depois, na arrumação desse material, ocorre a organização dos elementos discursivos, em modos específicos de organização da matéria discursiva.

I - O primeiro processo (*seleção do material lingüístico*) abrange várias operações:

- uma *operação de identificação* que designa os seres; trata-se da nomeação e classificação dos seres discursivos, chamados de entidades – constitui o processo de substantivização, como ocorre nas denominações: sapato, cafezal, escola, congresso.
- uma *operação de qualificação*, (atribuição), que consiste em atribuir propriedades aos seres ou informações a seu respeito – processo de adjetivação; como temos em *sábias* palavras, prédio *antigo*, aluno *inteligente*. A discursivização das características dos seres permite que sejam reconhecidos três tipos de caracterizações: as identificadoras: bolsa *marrom*, sapato *preto*; as qualificações ou atributos subjetivos: filme *interessante*, problema *difícil*; e as informações, dados novos ao contexto, exemplo: quadro *que recebeu de herança*, filme *de Bruno Barreto*.

Observe-se que essa classificação torna-se extremamente funcional na produção de textos, já que cada um dos tipos obedece a desempenho textual diferente: assim, as identificações distinguem entidades, por meio de alguns traços específicos: mesa *de fórmica*, mesa *de mármore*; as qualificações são comuns nas descrições subjetivas, e por isso, são usadas em textos de sedução,: dia *lindo* para ... ir à praia, proposta *interessante porque...* e as informações são necessárias ao enredo, à progressão textual etc...

- uma *operação de processualização*, ou *representação de fatos e ações* que permite identificar as mudanças na relação entre os seres – constitui o processo de verbalização; ele *saiu*, *voltou*, *dançou*, *roubou*;
- uma *de modalização / explicação* que revela as razões de ser e fazer do emissor -processo de *modalização*, que marca o ponto de vista do locutor sobre alguns elementos discursivos, como temos em: com certeza, ele *deve* sair pois..., ou Não há empecilhos, portanto ele *pode* casar-se com ela; Isto *não vai* acontecer, *tenho certeza...*
- e, por último, um *processo de relação*, que especifica as regras de combinação e de hierarquização nos níveis sintático e semântico – por meio da conectividade, como ocorre em: Ele saiu *mas* ainda não voltou; *se* eu puder, irei à sua festa, *porque* ele é meu amigo...*Devido a falta* de chuva, tiveram que abandonar a casa.

Dessa forma, entidades, atributos e determinantes, processos, conectores e modalidades são os principais elementos discursivos, encarregados do processo de *semiotização do mundo*, realizado sempre textualmente, por meio de uma gama variada de elementos lingüísticos.

II - O segundo processo (*modos de organização do discurso*) corresponde à organização dos elementos discursivos em textos; temos quatro modos básicos de organizar o discurso, a saber: *modo enunciativo, modo descritivo, modo narrativo e modo argumentativo*.

A uma visão dinâmica, de seqüenciação cronológica de fatos e de ações envolvendo seres protagonistas e antagonistas, numa lógica coerente, marcada por uma busca e por uma finalidade – definição da mensagem ou da moral da história – corresponde o *ponto de vista narrativo*.

A uma visão estática, em oposição à seqüência dinâmica narrativa, em que se propõe reconstruir o mundo de forma descontínua, atendo-se a enumeração de detalhes, a certas aspectualizações do objeto descrito em foco, corresponde o *ponto de vista descritivo*.

A uma visão dialética em que, a partir de um tema, o sujeito argumentador organiza uma tese – constituída de uma asserção ou de um conjunto de asserções, que dizem algo sobre o mundo – em função da qual o sujeito deve assumir uma posição contra ou a favor, ancorada em justificativas ou argumentos, corresponde o *ponto de vista argumentativo*.

Pairando sobre esses três modos temos o modo *enunciativo*, que corresponde aos processos de modalização do narrador, referente à matéria lingüística elaborada. Tais modos de organização da matéria lingüística podem ser realizados nas modalidades escrita ou oral e em situação monolocutiva ou dialógica, nos diversos tipos de textos.

O reconhecimento desses generalizações permite compreender melhor as significações específicas de cada texto particular, que se assentam, muitas vezes, na forma como se organizam, nas duas instâncias discursivas, processo esse que deve ser reconhecido e interpretado pelo sujeito receptor.

5. Conclusão

O ponto de vista adotado e defendido aqui procurou abranger o que a análise discursiva do texto denomina de problematização do sentido de um texto, que consiste em compreender e analisar o “significado textual” em função do *referente e da identidade* dos contratantes do ato comunicativo. O significado, por sua vez, deriva de um “*contrato de comunicação*” que existe entre o emissor e receptor e de um “*projeto de fala*” do emissor, que é aceito e reconhecido pelo receptor. (Charaudeau, 1996)

Procurou-se levar em consideração não somente as operações fundamentais que transformam a Língua em Discurso e que constituem a base para o processo de compreensão de textos em geral – mas também as estratégias que permitem reconstruir os sentidos subentendidos ou implícitos, de textos argumentativos. Buscou-se ainda definir a importância do quadro contratual e a situação social, em que se processa o ato interativo, bem como determinar a relevância da identidade dos participantes e a finalidade do ato discursivo – esses elementos em conjunto formam a base necessária para o processo de análise e de interpretação textual..

Referências Bibliográficas

- ANGELIM, Regina C. Cabral. Repensando a argumentação textual. In: *Discurso, coesão, argumentação.*, Rio de Janeiro, Oficina do Autor, p.7-19, 1996.
- BAKHTIN, M. Língua, fala e enunciação. A interação verbal. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo, Hucitec, 1981.
- BENVENISTE, E. Aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, Pontes, 1974.
- CHARAUDEAU, Patrick, *Langage et discours*. Elements de sémiolinguistique (théorie et pratique) Paris: Hachette, 1983.
- _____. *Grammaire du sens et de l'expressión*. Paris: Hachette, 1992.
- _____. O que quer dizer comunicar?, UFRJ, Mimeo, 1995.
- _____. Para uma nova análise do discurso. In: *O discurso da Mídia*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, p. 5-44, 1996.
- PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. São Paulo, Pontes, 1988.
- PAULIUKONIS, Maria A. Lino. O texto como um processo de apreensão da realidade. In: *O modo descritivo de organização discursiva*. UFRJ. Rio de Janeiro, Fundação José Bonifácio, p. 32-37, 2000.